

# Jornal Fêmea

Impresso Especial

555/2001-ECT/BSB  
CFEMEA

CORREIOS



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ano XII - Nº 132 - Brasília/DF

Jan-Fev/2004

## Balanço de 2003 e perspectivas atuais

**E**sta é a primeira edição do jornal Fêmea, neste ano de 2004. Ela sai quando o governo Lula completa seus 15 meses, e as expectativas de mudanças geradas com a sua posse se confrontam com as dificuldades de promover o desenvolvimento humano, sustentável e democrático no país. O desemprego chega a níveis jamais vistos, causados pela recessão econômica e o baixo grau de investimento do próprio governo.

Ainda em abril, o Congresso Nacional deverá aprovar o novo Plano Plurianual (PPA - 2004/2007). Desta vez, de forma inédita, o Plano encaminhado pelo governo ao Legislativo incorporou algumas das propostas apresentadas pela sociedade civil organizada, elaboradas durante os Fóruns de Participação Social realizados em todas as unidades da Federação. A participação social possibilitou mudanças na definição das estratégias, objetivos e desafios anteriormente propostos. Em que pese as lacunas existentes entre os desafios enunciados e os programas propostos, houve avanços. A continuidade desse processo nos momentos de monitoramento e avaliação do PPA ainda está em construção.

As reformas do Estado seguem sendo prioritárias. No ano passado, iniciou-se e concluiu-se a Reforma Tributária, sem muita novidade. Já a Reforma da Previdência produziu mudanças substantivas, mas uma parte importante da discussão - suscitada pelos movimentos de mulheres - ainda continua em debate no Congresso Nacional. As organizações de mulheres introduziram, de forma inovadora, o debate sobre a inclusão de 40 milhões de cidadãos e cidadãs no sistema de seguridade social do país, questão não contemplada pela proposta de Reforma do governo.

Agora, a mobilização levada a cabo pelas feministas durante o ano passado tem de recuperar o fôlego, pois o reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado para fins de acesso aos direitos previdenciários segue em pauta no Congresso Nacional, no debate de propostas de emenda constitucional e de legislação ordinária para regulamentar a Reforma.

Atualmente, existe a expectativa de que as propostas do governo - de Reforma Política e Reforma Trabalhista - entrem na pauta do Legislativo ainda no primeiro semestre de 2004.

Também neste semestre, uma velha, sempre renovada e atualíssima agenda das mulheres deverá ganhar mais espaço na sociedade e no Estado: está pronta para discussão uma proposta de legislação para prevenir e punir a violência doméstica contra as mulheres, elaborada por um grupo de ONGs feministas. A proposta, entregue à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também será objeto de consulta e debate na sociedade, e de aprimoramento por um Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de encaminhar um anteprojeto de lei sobre a questão, ainda este ano, para a apreciação do Congresso Nacional.

Apesar de novo, o governo tem mantido a velha política macroeconômica de superávit primário para o pagamento dos serviços da dívida, de combate à inflação e contenção dos gastos públicos. Tal posicionamento tem impedido a implementação de políticas de resgate da dívida social e de combate às desigualdades.

O amplo arco de alianças montado para as eleições permanece na composição de acordos políticos julgados necessários para a condução do governo. Com isto, o velho e perverso jogo de interesses das elites, em relação aos da maioria da população continua dando o tom das disputas na definição das políticas de governo.

No plano internacional, o cenário é muito complexo. Contra a ofensiva belicista dos fundamentalismos - de mercado, políticos ou religiosos -, cresce e consolida-se um grande movimento global cidadão. Para os movimentos de mulheres, o ano de 2004 também demarca a avaliação de uma década do Plano de Ação aprovado na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo + 10) e da Conferência Mundial sobre a Mulher, (Beijing+10). É hora de avaliar os resultados obtidos neste período e de reafirmar os compromissos com os direitos humanos.

É nesta conjuntura que o CFEMEA vem desenvolvendo o seu trabalho de defesa e promoção dos direitos das mulheres, da busca da cidadania plena e da redução das desigualdades. Nestes últimos quinze meses, muita energia teve de ser empregada para evitar vários retrocessos; em alguns casos com sucesso, noutros nem tanto.

## O Congresso Nacional e os Direitos das Mulheres

**T**radicionalmente, o CFEMEA tem apresentado, no mês de fevereiro, um balanço de suas atividades, principalmente no Legislativo Federal. Por limitações de ordem financeira, somente agora estamos publicando uma primeira edição do Jornal Fêmea este ano. Apesar de já estarmos em abril, julgamos fundamental oferecer a você – leitora ou leitor – o balanço das atividades realizadas em 2003, ressaltando quais os avanços e retrocessos ocorridos durante o período, até porque foi um ano de novo Governo, Congresso Nacional renovado e muitos desafios colocados para a sociedade brasileira.

Apesar das Reformas terem dado o tom das discussões no Legislativo, as proposições que tratavam dos direitos das mulheres tiveram avanços em sua tramitação, ainda que em menor número se comparado com 2002. No entanto, tivemos um volume maior de novas propostas e também daquelas que foram transformadas em norma legal.

Durante o ano passado, o CFEMEA acompanhou 542 proposições, das quais 171 são novas, ou seja, foram apresentadas em 2003, representando um acréscimo se comparadas com as 69 apresentadas em 2002. Dessas novas proposições, 117 foram apresentadas por parlamentares homens, 50 por mulheres, 1 pelas lideranças partidárias, 2 por comissões e outra teve sua origem no Poder Executivo.

Do total de proposições acompanhadas, 380 são de iniciativas de parlamentares homens, 143 de autoria de parlamentares mulheres, 9 foram propostas por Comissões, 1 por lideranças partidárias e 9 tiveram sua origem no Executivo.

As áreas temáticas com maior volume de propostas são: Trabalho e Previdência com 26,57%, Saúde com 24,54%, Violência com 19,56% e Direitos Civis com 10,7%.

Nos últimos anos, essas têm sido as áreas de maior concentração de matérias, mantendo uma correspondência com os temas em torno dos quais existe maior mobilização por parte das organizações de mulheres e feministas.

Os campos com maior número de proposições que avançaram em sua tramitação durante o ano de 2003 foram: Trabalho e Previdência, com 23; Saúde, com 21; e Violência, com 22.

Do total de 542, onze proposições se transformaram em Lei:

**10.639/03** – que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e

Cultura Afro-Brasileira”;

**10.651/03** – que dispõe sobre o controle do uso da talidomida;

**10.678/03** – que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR);

**10.710/03** – que restabelece o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregadas e trabalhadora avulsa;

**10.714/03** – que autoriza o poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher;

**10.741/03** – que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

**10.745/03** – que institui 2004 como o “Ano da Mulher”;

**10.748/03** – que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens - PNPE;

**10.764/03** – que define como crime a produção de atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de adolescente em cena de sexo explícito ou simulado;

**10.778/03** – que estabelece a notificação compulsória do caso de violência contra a mulher.

A Medida Provisória 103, editada em 1º de janeiro de 2003, criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), como órgão integrante da Presidência da República. A MP também determinou a existência do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), dentro da estrutura da própria Secretaria.

Em maio, esta Medida foi transformada na **Lei nº 10.683/03**. Conforme previsto nessa lei, foram editados dois Decretos fixando a estrutura organizacional da nova Secretaria, bem como as novas atribuições e estrutura do Conselho.

Duas propostas foram transformadas em Resolução: uma garantindo licença à gestante para deputada federal, e a outra que institui o diploma Mulher - Cidadã Carlota Pereira de Queirós.

Uma proposta foi convertida em Emenda Constitucional nº 41/03, a Reforma da Previdência.

Além do acompanhamento do avanço da legislação, o CFEMEA esteve presente em vários espaços de interlocução com o Executivo, principalmente no que diz respeito à questão da seguridade social, ao Plano Plurianual e ao Orçamento da União. A articulação com os movimentos sociais, notadamente o de mulheres, foi a tônica das ações desenvolvidas durante o ano de 2003.

**Nota:** Neste Jornal, usamos o símbolo @ para o masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

**Exemplo:** filh@ significa filha mulher ou filho homem.

CFEMEA

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,  
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000,

Brasília-DF – Brasil

Telefone: (61) 328-1664

Fax: (61) 328-2336

Endereço eletrônico:

[imprensa@cfemea.org.br](mailto:imprensa@cfemea.org.br)

Sítio:

<http://www.cfemea.org.br>

**Conselho Deliberativo:**

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares,  
Maria Aparecida Schumaher, Maria  
José Rosado e integrantes do  
**Colegiado Diretor:** Almira Correia  
de C. Rodrigues, Guacira César de  
Oliveira e Malô Simões Lopes.

**Conselho Consultivo:**

Albertina Costa, Carmem Campos,  
Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleieth  
Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline  
Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara  
Régia, Marcelo Lavenero, Margaret  
Ariha, Maria Amélia Teles, Maria  
Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart,  
Salete Maccaloz, Sônia Correa  
e Sueli Carneiro.

**Comitê de Especialistas:**

Álvaro Vilaça, Comba Porto,  
Delaine Martins, Edna Roland,  
Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta  
Soares, Hildete Pereira, Paola  
Cappellin e Sílvia Pimentel.

**Conselho Fiscal:**

Cristina Araújo, Elisabeth  
Barreiros, Maria Zulene Farias Timbó  
e Tereza Montenegro.

**Demais integrantes da equipe:**

Adriano Fernandez Cavalcante,  
Ângela Alves, Catherine Braga  
Monteiro, Cláudia Almeida  
Teixeira, Eliana Magalhães Graça,  
Elizabeth Saar, Giane Boselli, Gilda  
Cabral, Glaci do Carmo Bren, Iáris  
Ramalho Cortês, Michelle Lopes,  
Mirla de Oliveira Maciel, Myllena  
Calasans de Matos, Natalia Mori e  
Sérgio Gomes Timóteo.

**Conselho de Parlamentares do**

**Programa DIREITOS DA**

**MULHER NA LEI E NA VIDA:**

Deputadas Jandira Feghali, Iara  
Bernardi, Laura Carneiro, Luci  
Choinacki, Yeda Crucius e Zulaiê  
Cobra. Deputados Alceu Colares,  
Fernando Gabeira, João Grandão  
e Roberto Freire. Senadora Maria  
do Carmo Alves. Senadores Ademir  
Andrade, Lúcio Alcântara  
e Paulo Paim.

**Jornalista Responsável:**

Michelle Lopes  
RP 4825/DF

**Apoio:**

DFID-UNIFEM

**Tragem:**

13.000 exemplares.

**Editoração Eletrônica:**

Quiz Design Gráfico

**Impressão:**

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

# Planejamento com perspectiva de gênero

## Uma ponte para aproximar os discursos dos recursos

**H**á quase dez anos, na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China (Beijing '95), os governos aprovaram uma Plataforma de Ação Mundial que apontava a necessidade de se desenvolver planejamentos governamentais com perspectiva de gênero, medida que seria capaz de transversalizar nas políticas públicas o objetivo da equidade entre mulheres e homens. Em 2001, a Plataforma de Ação aprovada em Durban, pela Conferência Mundial contra o Racismo, recomendou o monitoramento e a adoção de várias ações para reduzir e eliminar as desigualdades e injustiças sociais que separam as populações vítimas do racismo das demais.

Apesar de signatário das duas Plataformas, o Brasil ainda está longe de construir mecanismos de enfrentamento das desigualdades de gênero e raça. O processo recente de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2004/2007) aponta para o fato de que, pelo menos no discurso, o governo federal estará disposto a enfrentar essas desigualdades.

Com vistas a fazer avançar as propostas na direção de um planejamento e orçamento públicos que contemplem as questões de gênero e raça, o CFEMEA se articulou com outras entidades do movimento social, o que permitiu não só aprimorar o advocacy, tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo, como também levar nossas preocupações a essas mesmas organizações. O fato do Centro assumir, em 2003, a Secretaria Executiva do Fórum Brasil do Orçamento (FBO) foi decisivo neste sentido.

Este fato permitiu uma participação efetiva nas discussões havidas em todas as unidades da Federação, fazendo com que as questões de gênero e raça fossem abordadas pelos diferentes fóruns estaduais e distrital. O resultado foi a inclusão desses temas, como desafios, no Projeto de Lei do PPA que o Executivo enviou ao Legislativo. No entanto, sabemos

que os programas, da forma que estão previstos até o momento, não são suficientes para colocar em prática as intenções contidas no Plano, de combate às desigualdades em questão.

### Articulações no Legislativo

Os debates realizados com a Bancada Feminina sobre emendas ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual (2004) resultaram na apresentação de propostas em duas direções: uma de democratização das informações do PPA e outra referente aos programas específicos para as mulheres, ou com perspectiva de gênero.

No total, foram apresentadas propostas de oito emendas pelo CFEMEA, em conjunto com o Fórum Brasil do Orçamento e a Inter-Redes. Essas propostas foram acatadas em sua totalidade pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e apresentadas como emendas de Comissão.

Quanto às emendas relativas aos programas específicos voltados para as mulheres/gênero, estas também foram acolhidas pelo relator, depois de serem aprovadas pela Comissão de Seguridade Social e Família. Uma recria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A outra emenda diz respeito à capacitação de servidor@s públic@s em gênero, aumentando os recursos e as metas previstas relativamente à proposta do governo.

Até a conclusão deste Jornal, a votação do relatório do PPA ainda não havia sido finalizada, o que não permite levantar conclusões sobre a aprovação final das nossas propostas.

Em relação ao Orçamento para 2004, a Comissão de Direitos Humanos acatou a emenda que aumentava os recursos para as casas-abrigo, visando recompor os recursos previstos, tendo como parâmetro o que havia sido executado em 2002. Esta emenda já consta da Lei Orçamentária de 2004.

Este ano, temos o desafio de continuar o processo de intervenção articulado com outras entidades, buscando a efetivação de compromissos assumidos pelo governo brasileiro, tanto nacional quanto internacionalmente. Só assim, poderemos avançar na construção de um Planejamento e Orçamento que realmente enfrentem as desigualdades de gênero e raça, fazendo com que o discurso seja concretizado em recursos.



# O debate sobre saúde e sexualidade

*Intenso e conflitivo: tem sido assim o debate no Congresso Nacional em relação à saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Questões como a prevenção das DSTs/Aids, o direito à interrupção da gravidez, o reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo têm de enfrentar a intolerância d@s conservador@s. Nos anos anteriores, como agora, não há trégua nesta arena.*

## Direitos Reprodutivos X Controle de Natalidade

A defesa da noção de direitos reprodutivos em oposição à idéia de controle de natalidade mereceu especial atenção, durante o ano de 2003, na medida que alguns setores do governo federal começaram a defender estratégias controlistas para a redução da pobreza.

O controle estatal sobre a vida sexual e reprodutiva das mulheres é uma forma de discriminação em razão de gênero. A descriminalização do aborto e os direitos reprodutivos são direitos humanos das mulheres. Entretanto, fundamentalistas religiosos costumam se articular para impedir o debate sobre o tema. Destaca-se que a discussão pública é uma recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Mortalidade Materna, que funcionou no Congresso Nacional de 2000 a 2001.

## Direito ao aborto

Desde 1991, proposições legislativas sobre a temática do aborto tramitam na Câmara dos Deputados. Somente no primeiro semestre de 2003, foram apresentadas cinco novas proposições sobre o tema, sendo que três delas apontam para a permanência da legislação discriminatória, restritiva, punitiva e tratam o assunto como caso de delação à polícia. Do total de projetos sobre a temática – entre novos e antigos – seis foram colocados para discussão na Comissão de Seguridade Social e Família.

A mobilização dos movimentos de mulheres e feministas para resistir às investidas de forças conservadoras que trabalham pelo retrocesso foi

fundamental, tanto para impedir a aprovação de projetos que procuram restringir a legislação existente, como no que se refere à aprovação do substitutivo ao PL 343/99 que institui a Semana Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva, derrotando a proposta original que criava a Semana de Prevenção ao Aborto.

A luta para assegurar às mulheres o direito à interrupção da gravidez indesejada travou-se em forte articulação, principalmente com a Rede Feminista de Saúde, entre outras organizações.

O CFEMEA também participou de um consórcio de entidades para a definição de um marco legal, no Brasil, referente aos direitos sexuais e direitos reprodutivos que subsidiará a atuação d@s operador@s do Direito.

## HIV/Aids

A epidemia continua crescendo entre as mulheres, principalmente no segmento mais jovem. No Congresso Nacional, durante o ano de 2003, foram apresentadas 11 novas proposições sobre o assunto. Entretanto, em sua grande maioria não trouxeram novos conteúdos. O projeto mais importante, que tramitou, foi o que inclui como não-patenteável a descoberta de medicamento para prevenção e tratamento da aids e o processo para obtenção desses novos medicamentos (PL 22/03).

A proposição visa a redução do abuso econômico ou comercial, além da diminuição do preço dos medicamentos. Teve parecer favorável em duas Comissões na Câmara e, caso seja aprovada ainda em uma terceira Comissão, seguirá para o Senado.

Em 2003, houve a reinstalação, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar de Combate à Aids, com a assinatura de mais de 70 parlamentares. A ampliação de articulações e parcerias junto às ONGs Aids e de Homossexuais tem permitido a discussão com parlamentares, sobre os projetos com a temática “sexualidade”, em tramitação no Congresso Nacional.

## Orgulho Gay

Em 2003, pela primeira vez, houve uma sessão solene especial em função do Dia do Orgulho Gay. A homenagem não foi bem aceita por parlamentares conservador@s - @s mesm@s que dificultam a tramitação de matérias referentes a direitos para homossexuais, travestis e transgêneros, como o PL 379/03. Este projeto institui o 28 de julho como Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual. Foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas, por tratar do reconhecimento às diferenças sexuais, recebeu recursos por parte de parlamentares contrári@s aos direitos d@s homossexuais. Em suas justificativas, el@s demonstram intolerância quanto ao direito à diferença e à liberdade sexual.

No mês de outubro, foi lançada a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual na Câmara dos Deputados. O grupo se comprometeu a colocar em discussão os principais projetos aprovados pelo movimento, como parceria civil, cirurgia para troca de sexo e combate à discriminação por orientação sexual.



## Orientação Sexual nas Escolas

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL 7/03, que determina a criação de meios para a implementação de Programa de Orientação Sexual, Prevenção das DSTs e Uso de Drogas, nas unidades de ensino de primeiro e segundo grau. O projeto seguiu para a Comissão de Educação e Cultura, que irá analisá-lo. Na legislatura anterior, o Congresso Nacional aprovou proposta com o mesmo teor, que foi vetada pelo então Presidente Fernando Henrique. No entanto, o assunto vem surgindo de forma recorrente, com apresentação de várias proposições legislativas sobre esta temática.

SAÚDE	Proposições em tramitação	Proposições apresentadas em 2003	Proposições apresentadas por mulheres – 2003
Aborto	18	05	-
Aids	32	11	03
Atendimento preferencial	06	02	-
Clonagem	16	02	-
Planejamento familiar	02	02	01
Políticas públicas sobre saúde	12	08	01
Prevenção ao câncer	09	01	-
Reprodução humana assistida	08	04	01
Saúde materna	27	10	06
Saúde: outros assuntos	03	02	-
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>47</b>	<b>12</b>

Fonte: SIC/CFEMEA – janeiro/2004.

SEXUALIDADE	Proposições em tramitação	Proposições apresentadas em 2003	Proposições apresentadas por mulheres – 2003
Cirurgia para troca de sexo	02	01	01
Educação sexual	10	03	01
Parceria civil	02	01	-
Sexualidade: outros assuntos	02	02	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>07</b>	<b>02</b>

Fonte: SIC/CFEMEA – janeiro/2004.

## Lei controla uso da talidomida

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.651/03, que dispõe sobre o controle do uso da Talidomida. A lei tipifica normas especiais de controle e fiscalização do uso deste medicamento. Esta lei é resultado de um projeto apresentado, em 1999, pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A talidomida foi responsável pelo nascimento de milhares de crianças deformadas, devido ao seu uso pelas gestantes na década de 50.

Foi banida no Brasil, em 1962, mas por ser uma droga poderosa contra doenças como a hanseníase, voltou a ser utilizada.

Com a entrada em vigor da nova lei, a talidomida não poderá ser vendida em farmácias e a sua distribuição será feita pelos programas qualificados pela autoridade federal competente. Esses programas deverão orientar usuáriu@s sobre os efeitos da droga em gestantes. Além

disso, terão de oferecer os métodos contraceptivos às mulheres em idade fértil, quando estiverem em tratamento que empregam a talidomida.

A lei prevê, ainda, que o Poder Público promova campanhas permanentes de educação sobre as consequências do uso da droga por gestantes e sobre a concessão de pensão especial aos/às portador@s de efeitos provocados pelo medicamento.

## DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA

PROPOSIÇÃO	AUTORIA	EMENTA	TRAMITAÇÃO	SITUAÇÃO
PL 7.072/02 (PLS 16/01 na origem) (2 anexados)	Senador Mauro Miranda (PMDB/GO).	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias, preferencialmente à mulher.	Aprovado na CSSF.	Aguardando votação na CFT.

## VIOLÊNCIA

PLC 08/02 (PL 4.493/01 na origem)	Deputada Socorro Gomes (PCdoB/PA).	Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher.	Remetido à Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.778/03.
PLC 102/03 (PL 03/03 na origem) (1 anexado)	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Cria o tipo especial denominado "violência doméstica".	Aprovado na CCJR e no Plenário/CD. Encaminhado ao SF.	Aguardando votação na CCJ.
PLC 103/03 (PL 117/03 na origem)	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Suprime o termo "mulher honesta" do Código Penal, e altera o tráfico de mulheres para "tráfico de pessoas".	Aprovado na CCJR e no Plenário/CD. Encaminhado ao SF.	Aguardando parecer na CCJ.
PLC 109/03 (PLP 52/99 na origem)	Deputada Luiza Erundina (PSB/SP).	Inclui a manutenção das casas abrigo no Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).	Aprovado na CCJR e no Plenário/CD. Encaminhado ao SF.	Aguardando relatoria na CAE.
PL 287/03	Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).	Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.	Aprovado na CCJR.	Aguardando publicação do parecer da CCJR na CCP.
PL 2.279/99 (PLS 102/99 na origem)	Senadora Emília Fernandes (PT/RS).	Autoriza o poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	Aprovado na CCJR. Remetido à Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.714/03.
PL 2.632/03 (PLS 54/03 na origem) (2 anexados)	Senador Demostenes Torres (PFL/GO).	Aumenta a pena do crime de homicídio e cria a modalidade de lesão corporal decorrente de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.	Aprovado na CCJ. Encaminhado à CD.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 3.731/97 (PLS 67/96 na origem)	Senador Gilvan Borges (PMDB/AP).	Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.	Aprovado na CCJR e no Plenário/CD. Encaminhado ao SF (Substituto da Câmara).	Aguardando parecer na CCJ.
PL 5.246/01	Deputado Bispo Rodrigues (PL/RJ).	Dispõe sobre a inclusão da questão da "violência contra a mulher" como parte dos temas transversais integrantes dos parâmetros curriculares nacionais.	Aprovado na CCJR.	Aguardando publicação do parecer da CCJR na CCP.
PL 5.405/01	Deputado Alberto Fraga (PMDB/DF).	Determina a obrigatoriedade de existência de unidade especializada de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais.	Rejeitado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 5.460/01 (PLS 135/99 na origem) (1 anexado)	Senadora Marina Silva (PT/AC).	Inclui como crime a produção de atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de adolescente em cena de sexo explícito ou simulado.	Remetido à Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.764/03.
PL 5.962/01	Deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ).	Dispõe sobre a realização de perícia nos casos de crime contra os costumes.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 6.090/02	Deputado Orlando Fantazzini (PT/SP).	Veda a exposição de mulheres nuas ou em trajes sumários em material de divulgação turística.	Aprovado na CSSF e na CTD.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 6.776/02 (3 anexados)	Comissão Mista Temporária.	Dispõe sobre os crimes de seqüestro e cárcere privado, extorsão mediante seqüestro e extorsão mediante privação da liberdade.	Rejeitado na CCJR.	Aguardando publicação parecer da CCJR na CCP.
PL 6.988/02	Deputado Cabo Júlio (PST/MG).	Modifica o Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.	Aprovado na CREDN.	Aguardando votação na CCJR.

## DIREITOS CIVIS

PEC 11/01	Senador Alvaro Dias (PSDB/PR).	Permite ao STF delegar aos juizes federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e divórcio.	Aprovado na CCJ.	Aguardando votação no Plenário/SF.
PL 268/03	Deputado Carlos Nader (PFL/RJ).	Estabelece admissão tácita de paternidade no caso que menciona.	Aprovado na CSSF.	Aguardando parecer na CCJR.
PL 818/03	Deputado Sandes Júnior (PPB/GO).	Inclui, como requisito indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.	Aprovado na CCJR.	Aguardando elaboração redação final na CCJR.
PL 4.719/01	Deputado Alberto Fraga (PMDB/DF).	Estabelece presunção de paternidade em caso de recusa de realização do exame de DNA.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA

PROPOSIÇÃO	AUTORIA	EMENTA
PRC 15/03	Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO).	Garante licença à gestante federal.
PL 16/03	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Dispõe sobre a licença-maternidade.
PEC 31/00	Senadora Maria do Carmo Alves (PFL/SE).	Estabelece licença-maternidade para mulheres que adotaram.
PL 40/03	Deputado Wasny De Roure (PT/DF).	Dispõe sobre presunção de paternidade em anotações da carteira.
PLC 41/03 (PL 354/03 na origem)	Poder Executivo.	Restabelece o pagamento do salário-maternidade empregada e trabalhadora.
PEC 67/03 (MSG 156/03 na origem)	Presidência da República.	Reforma da Previdência Social.
PEC 77/03	Líderes – Lideranças Partidárias e Mesa.	PEC Paralela – Reforma da Previdência Social.
PLC 104/03 (PL 644/03)	Deputada Sandra Rosado (PMDB/RN).	Assegura o gozo de licença-paternidade.
PL 267/03	Deputado Carlos Nader (PFL/RJ).	Garante, aos pais e mães, o acompanhamento escolar de menores.
PL 832/03	Deputado Sandes Júnior (PPB/GO).	Assegura que parcelas em ações de qualificação no âmbito do programa de emprego, seja de afro-descendente.
PL 910/03	Deputada Francisca Trindade (PT/PI).	Estabelece incentivo à contratação de empregados de família.
PL 922/99 (1 anexado)	Deputado Rubens Bueno (PTB/PR).	Dispõe sobre a promoção em agricultura familiar.
PL 1.394/03	Executivo Federal.	Cria o programa nacional de primeiro emprego para jovens.
PL 1.652/03	Deputado Luiz Alberto (PT/BA).	Proíbe o empregador de reduzir os salários dos empregados dispensando a mesma boa conduta para admissão.
PL 2.748/00 (1 anexado)	Deputado Alberto Fraga (PMDB/DF).	Modifica o tempo de serviço para policiais militares.
PL 3.984/00 (PLS 12/00 na origem)	Senadora Luzia Toledo (PSDB/ES).	Considera serviço público remunerado, de assessoria, o trabalho de assessoria em empresas públicas.
PL 4.864/98 (PLS 193/97 na origem) (1 anexado)	Senadora Marluce Pinto (PMDB/RR).	Estende o benefício de licença-maternidade ao empregado doméstico.
PL 4.891/99	Deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP).	Institui nova categoria de servidores obrigatório da Previdência Social.
PL 6.161/02	Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE).	Institui o cadastro nacional de empregados em situação de coação moral.
PL 6.388/02 (PLS 190/01 na origem)	Senador Luiz Pontes (PSDB/CE).	Aumenta o período de licença-maternidade e da licença de parto antecipado.

## ORÇAMENTO

PEC 22/00	Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA).	Altera a Constituição de execução obrigatória constante da Lei Orgânica do Município.
PEC 24/03	Senador Paulo Paim (PT/RS).	Estabelece bloqueio de dotações do orçamento social.
PEC 28/00	Senador Pedro Simon (PMDB/RS).	Dispõe sobre Plano de orçamentárias e orçamentos.
PL 110/03	Deputado Alexandre Cardoso (PSB/RJ).	Inclui entidades de usuários dos sistemas de fiscalização e acompanhamento orçamentário, administrativo e monetário das adm

EMENTA	TRAMITAÇÃO	SITUAÇÃO
...stante para deputada	Aprovado na CCJR e no Plenário/CD.	Transformado em Norma Jurídica.
...ça parental.	Rejeitado na CTASP.	Aguardando votação na CSSF.
...maternidade para as em crianças.	Aprovado na CCJ.	Aguardando leitura parecer da CCJ na SSCLS.
...ção de verdade nas a de trabalho.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CTASP.
...mento, pela empresa, de devido às seguradas adora avulsa gestantes.	Remetido à Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.710/03.
...ncia.	Aprovada no Plenário/CD e no Plenário/SF.	Transformada em Emenda Constitucional nº 41/03.
...rma da Previdência.	Aprovado no Plenário/SF.	Aguardando parecer na CCJR.
...licença-maternidade e aos parlamentares.	Aprovado no Plenário/CD.	Aguardando parecer na CCJ.
...responsáveis, meia por bimestre para escolar dos filhos	Aprovado na CEC.	Aguardando votação na CTASP.
...a dos recursos alocados ação profissional, ma do seguro-destinada à população	Aprovado na CDCMAM.	Aguardando parecer na CTASP.
...fiscal às empresas que adas mulheres chefes	Aprovado na CTASP.	Aguardando parecer na CFT.
...ção de apoio à	Aprovado na CFT e rejeitado na CCJR. Recurso contra parecer da CCJR.	Aguardando votação Plenário/CD.
...cional de estímulo ao ra os jovens – PNPE.	Aprovado no Plenário/CD.	Sancionada Lei nº 10.748/03.
...r de efetuar descontos empregados domésticos e entação de atestado de missão.	Aprovado na CTASP.	Aguardando relatoria na CCJR.
...serviço prestado pelas	Aprovado na CREDN.	Aguardando relatoria na CJR.
...pluntário a atividade não-estância à mulher.	Aprovado na CSSF.	Aguardando parecer na CCJR.
...do auxílio-acidente ao o.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.
...a de segurado ência Social.	Aprovado na CCJR.	Aguardando envio ao Senado Federal.
...cional de proteção al no emprego.	Rejeitado na CTASP.	Aguardando parecer na CFT.
...le concessão do salário-ença à gestante, em ado.	Aprovado na CTASP e na CSSF.	Aguardando parecer na CCJR.
...o Federal, tomando, ória, a programação çamentária Anual.	Aprovada na CCJ.	Aguardando leitura do parecer da CCJ na SSCLC.
...ou contingenciamento amento da seguridade	Rejeitada na CCJ.	Aguardando leitura do parecer da CCJ na SSCLC.
...Plurianual, diretrizes amentos anuais.	Rejeitada na CCJ.	Aguardando leitura do parecer da CCJ na SSCLC.
...sociedade civil como as de consulta, anhanmento nistrativo, fiscal e nistrações públicas.	Aprovado na CTASP.	Aguardando parecer na CFT.

## SAÚDE

PROPOSIÇÃO	AUTORIA	EMENTA	TRAMITAÇÃO	SITUAÇÃO
PLC 6/01 (PL 2.412/96 na origem)	Deputado Jaques Wagner (PT/BA).	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama, na fabricação e comercialização de sutias.	Rejeitado na CAS.	Aguardando votação na CE.
PLC 16/02 (PL 135/99 na origem)	Deputado Bispo Rodrigues (PFL/RJ).	Torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde.	Enviado à CCJ para reexame.	Aguardando parecer na CCJ.
PL 22/03	Deputado Roberto Gouveia (PT/SP).	Inclui a invenção de medicamento para prevenção e tratamento de SIDA / AIDS e de seu processo de obtenção como matérias não patenteáveis.	Aprovado na CSSF e na CEIC.	Aguardando votação na CCJR.
PLC 39/02 (PL 4.089/98 na origem)	Deputado Enio Bacci (PDT/RS).	Dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.	Aprovado na CAS.	Aguardando votação na CCJ
PLC 88/00 (PL 261/99 na origem)	Deputado Barbosa Neto (PMDB/GO).	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata.	Aprovado na CAS.	Aguardando votação na CE.
PLC 99/03 (PL 2.942/97 na origem)	Deputado Eduardo Jorge (PT/SP).	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos.	Aprovado no Plenário/CD. Encaminhado ao SF.	Aguardando relatoria na CAS.
PLC 105/03 (PL 335/95 na origem)	Deputada Fátima Pelaez (PSDB/AP).	Determina que as penitenciárias de mulheres sejam dotadas de seção, para gestantes e parturientes e de creches para os menores cuja responsável esteja presa.	Aprovado no Plenário/CD. Encaminhado ao SF.	Aguardando parecer na CCJ.
PLS 195/99	Senador Lucio Alcântara (PSDB/CE).	Dispõe sobre o uso da talidomida.	Aprovado no Plenário/SF. Remetido Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.651/03.
PLS 195/03	Senadora Ideli Salvatti (PT/SC).	Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato.	Aprovado na CAS.	Aguardando leitura do parecer da CAS na SSCLS.
PL 197/03	Deputado Roberto Gouveia (PT/SP).	Dispõe sobre a organização dos conselhos gestores nas unidades do Sistema Único de Saúde.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 343/99	Deputado Chico da Princesa (PTB/PR).	Institui a semana de prevenção do aborto e dá outras providências.	Aprovado na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.
PL 414/03	Deputada Thelma de Oliveira (PSDB/MT).	Institui o programa de atendimento integrado à adolescente gestante.	Aprovado na CSSF.	Aguardando parecer na CEC.
PL 1.184/03 (PLS 90/99 na origem) (5 anexados)	Senador Lucio Alcântara (PSDB/CE).	Dispõe sobre a reprodução assistida.	Aprovado na CAS. Encaminhado à CD.	Aguardando parecer na CCJR.
PL 1.542/91	Deputado Ricardo Izar (PL/SP).	Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher.	Aprovado na CTASP e na CSSF.	Aguardando votação na CCJR.
PL 6.531/02	Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE).	Dispõe sobre a inclusão do exame de mamografia nos hospitais públicos de referência dos Municípios-polo.	Aprovado na CSSF.	Aguardando parecer na CFT.
PL 6.915/02 (PLS 212/99 na origem)	Senador Geraldo Cândido (PT/RJ).	Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e, também, a de produtos de puericultura correlatos.	Aprovado na CEIC, CDCMAM e na CSSF.	Aguardando relatoria na CCJR.

## SEXUALIDADE

PL 07/03	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Dispõe sobre a criação de programa de orientação sexual, de prevenção das DST e do uso de drogas.	Aprovado na CSSF.	Aguardando parecer na CEC.
PL 434/99	Deputado Magno Malta (PTB/ES).	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das DST e AIDS no nível do primeiro e segundo graus de ensino e nos cursos de formação de professores.	Rejeitado na CEC.	Aguardando relatoria na CCJR.

## PODER

PRS 14/03	Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT).	Cria espaço, no Senado Federal, para exposição permanente das fotos das ex-Senadoras.	Aprovado na CE.	Aguardando relatoria na CDJR.
PRS 20/03	Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT).	Altera a Resolução no 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.	Aprovado na CE.	Aguardando votação na CCJ.
PL 379/03	Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).	Institui o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual.	Recurso para apreciação no Plenário/CD.	Aguardando votação no Plenário/CD.

## OUTROS

PRC 22/03	Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).	Institui o Diploma Mulher - Cidadã Carlota Pereira de Queirós.	Aprovado no Plenário/CD.	Transformado em Norma Jurídica.
PLC 43/03 (PL 192/03 na origem)	Deputado Maurício Rabelo (PL/TO).	Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher".	Remetido Sanção Presidencial.	Sancionada Lei nº 10.745/03.
PEC 47/03 (PEC 21/01 na origem)	Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE).	Altera a Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social.	Aprovado no Plenário/SF.	Aguardando relatoria na CCJR.

# PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS

## DIREITOS CIVIS

PROPOSIÇÃO	AUTORIA	EMENTA	TRAMITAÇÃO
PEC 79/03	Senador Juvêncio da Fonseca (PDT/MS).	Permite, ao Supremo Tribunal Federal, delegar sua competência originária de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio aos juizes federais nos estados.	Aprovado Requerimento nº 1.138/03 de retirada da matéria.
PLC 97/96 (PL 1.47/95 na origem)	Deputado Zaire Rezende (PMDB/MG).	Altera o Código Civil, para garantir a(o) companheira(o) o direito à meação dos bens reunidos na constância da união.	Prejudicado nos termos do § 1º art. 332 do RI.
PL 4.429/94	Comissão Parlamentar de Inquérito – Violência.	Dispõe sobre os crimes contra a liberdade sexual.	Prejudicado nos termos do art. 54 combinado com o art. 58 do RI.

## EDUCAÇÃO

PL 5.432/01 (1 anexo)	Deputado Nilson Mourão (PT/AC).	Dispõe sobre a inclusão obrigatória da disciplina noções de direito no currículo escolar do ensino médio.	Rejeitado na CEC nos termos do art. 133 do RI.
--------------------------	---------------------------------	---	--

## ORÇAMENTO

PLS 42/03	Senador Paulo Octávio (PFL/DF).	Vincula recursos para a seguridade social.	Rejeitado na CAE. Nos termos do § único art. 254 do RI.
-----------	---------------------------------	--	---

## PODER

PL 1.849/99	Deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO).	Para assegurar a participação feminina, em um mínimo de 30%, na construção partidária e na composição dos órgãos de direção dos partidos políticos.	Rejeitado na CCJR. Nos termos do art. 58 § 4º do RI.
-------------	-------------------------------------	---	--

## SAÚDE

PL 17/03	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Assegura atendimento especializado às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual (TPM).	Rejeitado na CSSF. Nos termos do art. 133 do RI.
PL 18/99 (1 anexo)	Deputado Paulo Rocha (PT/PA).	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de hemoglobinopatias nas maternidades e estabelecimentos congêneres.	Prejudicado face à aprovação do PL 2942/95.
PL 19/03	Deputada Iara Bernardi (PT/SP).	Para dotar as penitenciárias femininas de seção para gestantes e parturientes.	Prejudicado face à aprovação subemenda substitutiva ao PL 335/95.
PLC 31/01 (PL 1.016/95 na origem)	Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).	Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade no Sistema Único de Saúde.	Rejeitado na CAS. Parecer nº 1.196/03.
PL 106/99	Deputada Maria Elvira (PMDB/MG).	Dispõe sobre o acesso de pacientes portadores de HIV/AIDS ao Sistema Único de Saúde.	Prejudicado nos termos do art. 58 § 4º do RI.
PL 3.402/97	Deputada Marinha Raupp (PSDB/RO).	Garante à mulher presidiária permanente assistência médica.	Prejudicado face à aprovação da subemenda substitutiva ao PL 335/95.
PL 4.723/01	Deputado Jovair Arantes (PSDB/GO).	Inclui crianças de zero a seis anos e mulheres gestantes e lactantes no programa nacional de renda mínima.	Rejeitado na CSSF nos termos do art. 133 do RI.
PL 6.836/02	Deputado Pompeo De Mattos (PDT/RS).	Cria o serviço de atendimento e tratamento da endometriose e da fertilização in vitro, na forma que menciona.	Rejeitado na CSSF nos termos do art. 133 do RI.

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA

PL 352/03	Deputado Rogério Silva (PPS/MT).	Concede estabilidade provisória para a empregada doméstica gestante.	Rejeitado na CTASP. Nos termos do art. 133 do RI.
PL 1.093/99 (PLS 23/95 na origem) (7 anexados)	Senador Edison Lobão (PFL/MA).	Dispõe sobre a dedução dos gastos com trabalhadores domésticos na declaração anual de ajuste do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.	Rejeitado na CFT. Nos termos do art. 54 combinado com o art 58 § 4º do RI.
PL 4.572/98 (PLS 142/95 na origem)	Senador Osmar Dias (PDT/PR).	Cria o programa de estímulo ao primeiro emprego – PEPE e dá outras providências.	Prejudicado face à aprovação do substitutivo ao PL 1.394/03.

## VIOLÊNCIA

PL 282/03	Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ).	Tipifica o crime de violência doméstica.	Prejudicado face a aprovação da emenda substitutiva ao PL 3/03.
PLS 291/03	Senador Augusto Botelho (PDT/RR).	Prevê o tráfico internacional de mulheres e crianças como crime pressuposto do crime de "lavagem" de dinheiro.	Aprovado requerimento 75/03 de retirada da matéria.
PL 2.901/00	Deputado José Carlos Coutinho (PFL/RJ).	Autoriza o Poder Executivo a criar, em nível nacional, número telefônico, destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	Prejudicado nos termos do art. 133 do RI.
PL 4.412/98	Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).	Dispõe sobre o crime de abuso sexual.	Prejudicado face à aprovação da subemenda global de PL 335/95.
PL 6.907/02 (PLS 189/99 na origem)	Senador Ramez Tebet (PMDB/MS).	Dispõe sobre crimes sexuais contra menores.	Prejudicado face à aprovação da subemenda global de PL 335/95.



### Legenda:

#### Câmara dos Deputados

CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
CDCMAM	Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CEIC	Comissão de Economia, Indústria e Comércio
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes

#### Senado Federal

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDIR	Comissão Diretora
CE	Comissão de Educação
SSCLC	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
RI	Regimento Interno





# Direitos Humanos e Violência

**A** temática de Direitos Humanos e Violência Contra a Mulher ocupou amplo espaço na pauta da sessão legislativa de 2003, seja em relação à apresentação de novas proposições, seja pela agilidade na tramitação de matérias anteriores. Houve, ainda, a aprovação de três novas Leis para combater a violência contra as mulheres e meninas (ver p. 2).

A discussão sobre a ineficiência e as lacunas da legislação brasileira referentes à violência doméstica ganhou urgência e relevância em 2003, principalmente após a exibição de uma telenovela que retratou a deficiência do Poder Judiciário frente à questão. O fato sensibilizou a sociedade e demandou, do Executivo e Legislativo, a apresentação de medidas de combate à violência contra as mulheres. Em relação ao Legislativo, ressalta-se a mobilização da Bancada Feminina para aprovação da Lei de notificação compulsória e do disque-denúncia de violência contra a mulher.

Esta conjuntura renovou o fôlego das feministas. Abriam-se novas perspectivas para o trabalho que vem sendo realizado, há mais de um ano, pelo CFEMEA dentro de um grupo de ONGs (que também conta com a colaboração individual de especialistas). Denominado de

“Consórcio de ONGs Feministas sobre Violência Doméstica”, um dos objetivos do grupo é a elaboração de uma proposta de medida legislativa de enfrentamento à violência. Essa proposta estabelece um sistema de prevenção à violência, medidas inovadoras de proteção à vítima e o aperfeiçoamento dos sistemas policial e jurídico.

O estudo elaborado pelas ONGs feministas foi concluído e, após a sua divulgação, será iniciada uma fase de consulta à sociedade, para se recolher sugestões que permitam aprimorá-la. Ao mesmo tempo, deverão ser realizados alguns debates públicos sobre a matéria.

Por iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o anteprojeto será, simultaneamente, discutido por um Grupo de Trabalho Interministerial. A parceria firmada entre as ONGs feministas e a SPM tem sido fundamental para dar mais celeridade e maior consistência técnica e política ao processo de debate e formulação da futura legislação contra a violência doméstica e familiar.

Já não era sem tempo! Afinal, o Brasil é um dos poucos países da América Latina que ainda não possui uma lei que dê conta dos mecanismos administrativos e dos

instrumentos legais para enfrentar tal problema.

## Diferentes questões

Outros assuntos, de interesse dos movimentos de mulheres e feministas também mereceram atenção especial, em 2003, tendo em vista seu debate perante a sociedade, Legislativo e/ou Executivo. Dentre eles, destaca-se a revisão e revogação de artigos discriminatórios e anacrônicos do Código Penal relativos às mulheres – antiga reivindicação do movimento; e ao tráfico de seres humanos, em especial de mulheres e crianças para fins de prostituição e exploração sexual.

Além dessas atividades, ano passado o CFEMEA acompanhou a 29ª Sessão do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, onde o Brasil fez a defesa de seu relatório; participou, com o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, do planejamento e execução da VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos; e do Seminário Nacional da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, que tratou do monitoramento e planejamento de estratégias para implementação do PDHESC no Brasil.

VIOLÊNCIA	Proposições em Tramitação	Proposições apresentadas em 2003	Proposições apresentadas por mulheres - 2003
Adulterio	01	-	-
Assédio sexual	04	-	-
Atendimento integral às vítimas de violência	10	04	01
Crimes contra a liberdade sexual	07	05	01
Crimes de tortura	03	-	-
Crimes sexuais contra menores	14	07	02
Direitos humanos	06	02	02
Discriminação	18	07	06
Discriminação contra mulheres negras	07	-	-
Estupro	08	04	-
Violência familiar	14	10	06
Violência: outros assuntos	14	03	01
Total	106	42	19

Fonte: SIC/CFEMEA – janeiro/2004.

# Trabalho e Previdência

**N**o documento "As Propostas das Mulheres para a Reforma da Previdência" – ratificado por 36 entidades - afirmamos o direito à proteção social como marco ético da Reforma, capaz de promover justiça social, eliminar os privilégios e contribuir para a redução das desigualdades de gênero e raça, bem como reconhecer o valor do trabalho doméstico não-remunerado.

O movimento vem acompanhando a Reforma da Previdência desde o início. Estivemos presentes nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e em audiências com representantes do poder Executivo. Na Câmara e Senado, assessoramos a Bancada Feminina e outr@s parlamentares, sugerimos emendas aos relatores e realizamos o seminário "As Mulheres e a Reforma da Previdência: o desafio da inclusão social". Essas articulações foram fundamentais para a manutenção de direitos das mulheres já conquistados (aposentadoria diferencial de cinco anos), para a criação do sistema especial de inclusão previdenciária d@s trabalhador@s de baixa renda, além da formação do GT Interministerial responsável pela elaboração de propostas para inclusão das mulheres na Previdência Social.

A fim de aprovar a Reforma sem alterações, o Governo e a oposição - com apoio d@s sindicalistas - criaram a PEC Paralela, que está sendo apreciada na Câmara por uma Comissão Especial. A nova proposta também permite a inclusão d@s trabalhador@s informais e das pessoas sem renda própria, dedicadas ao trabalho doméstico em âmbito familiar.

Entretanto, as reivindicações das mulheres ainda não foram acolhidas e os acordos vão no sentido de se aprovar o texto sem alterações, com exceção da questão do teto e subteto.

É importante lembrar que a Reforma da Previdência não se encerra com a aprovação da PEC Paralela. Isto porque haverá propostas de legislação infraconstitucional para regulamentar as emendas aprovadas. Além disso, a questão da inclusão social ainda não se resolveu, pois o sistema especial criado apresenta limitações para atender a questão dos "sem-previdência".

Assim, desafios do ano passado renovam-se em 2004. É necessário articular e mobilizar os movimentos de mulheres para que se possa:

- desconstruir a idéia de que a questão está resolvida;
- manter o debate na sociedade e no Congresso Nacional;
- pautar o reconhecimento e valorização do trabalho doméstico não-remunerado, tanto nos diálogos com outros movimentos sociais, quanto na relação com o Estado;
- divulgar o relatório do Grupo Interministerial;
- incidir sobre o processo, ainda em desenvolvimento, da Reforma Previdenciária.

Além da Reforma da Previdência, outras proposições monitoradas pelo CFEMEA, nesta área, tramitaram em 2003; 48 novas proposições foram apresentadas. Destacamos as propostas sobre emprego doméstico, assédio moral, licença-gestante e mãe-adoicante.

## Reforma Trabalhista

No que se refere à Reforma Trabalhista, foi instalada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para tratar de temas referentes à questão. As atividades centrais realizadas pela Comissão foram: audiências públicas estaduais; audiências sobre o andamento do Fórum Nacional de Trabalho (FNT) - organismo tripartite criado pelo governo; e a realização de um seminário internacional com a participação de países que realizaram reformas trabalhistas.

Destaca-se, ainda, a retirada do projeto anterior de Reforma apresentada pelo Governo de Fernando Henrique, que estabelecia a prevalência do negociado sobre o legislado.

A equipe do CFEMEA vem acompanhando o debate da Reforma Trabalhista no Legislativo Federal. A partir das discussões ocorridas no ano de 2003, alguns desafios se apresentam para 2004. É necessária uma articulação entre as organizações feministas para aprofundar os estudos sobre a Reforma Trabalhista que o governo quer implementar, de maneira a construir uma ação feminista, propositiva e efetiva, em termos de relações mais equânimes e igualitárias no mundo do trabalho. Também é importante o combate ao desemprego e à informalidade, bem como garantir a proteção social à maternidade e paternidade, entre outras questões.

Neste sentido, é estratégico fortalecer a articulação entre as organizações feministas e as secretarias de mulheres trabalhadoras das Centrais Sindicais, a exemplo do que já se fez, em alguma medida, durante a Reforma Previdenciária. Além disso, há que se planejar ações de resistência, uma vez que o risco de retrocessos nos direitos já conquistados é real.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA	Proposições em tramitação	Proposições apresentadas em 2003	Proposições apresentadas por mulheres - 2003
Assédio Moral	10	03	02
Emprego doméstico	29	08	03
Estabilidade: gestante/ marido/ companheiro	14	03	-
Igualdade de oportunidades	03	04	01
Licenças especiais/ outras licenças	07	06	02
Licenças gestante/ paternidade/ adoção	16	05	02
Previdência: aposentadoria	07	01	-
Previdência: benefícios diversos	23	03	01
Previdência: reforma	04	04	06
Proteção ao trabalho da mulher	10	05	04
Trabalhadoras rurais	07	01	01
Trabalho: outros assuntos	12	05	-
Total	142	48	22

Fonte: SIC/CFEMEA – janeiro/2004.

# A Reforma Política e o Poder das Mulheres

**N**o Congresso Nacional, desde o ano passado, o debate sobre a Reforma Política foi permeado pelas discussões em torno da maior representação e participação das mulheres, entre outras demandas feministas para a democratização do poder público.

As instâncias de mulheres em partidos políticos, bem como diferentes organizações feministas vêm reafirmando a importância de que as ações afirmativas – a exemplo das cotas - sejam mantidas e ampliadas. Tais medidas deverão possibilitar a presença equitativa das mulheres no sistema político-partidário brasileiro que, durante séculos, privou-as desta participação.

Outra questão defendida pelos movimentos de mulheres e feministas é o financiamento público exclusivo de campanhas. Além de todas as vantagens que este tipo de opção oferece para combater a corrupção eleitoral, tal financiamento também democratiza o acesso às verbas públicas por grupos socialmente discriminados como as mulheres e a população afro-descendente, tornando mais equânimes os termos da disputa.

Algumas ações afirmativas defendidas pelos movimentos e pelo CFEMEA junto aos/às parlamentares

foram acolhidas no texto do relator da Reforma Política, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), a exemplo de cotas por sexo para candidaturas, percentuais do fundo partidário e do tempo de mídia para promoção da participação política das mulheres.

Desde o início do governo Lula, a Reforma Política foi apontada como uma prioridade na agenda nacional. Se no ano passado avançou-se pouco nesta discussão, agora, os episódios que cercam o caso Waldomiro Diniz colocam, de maneira definitiva, essa Reforma como questão inadiável.

Para os movimentos de mulheres e feministas, participar ativa e propositivamente do debate sobre a Reforma Política, no Legislativo, é um dos desafios de 2004. Dois fatores, em especial, nos interpelam: a adoção da lista fechada de candidaturas e a aceitação de candidaturas por fora de partidos políticos.

A questão da lista fechada é polêmica no movimento feminista e entre as mulheres de partidos políticos. Porém, caso a lista seja adotada, é importante que incorpore não apenas a cota por sexo (como está previsto no projeto de lei), mas que também preveja a ordenação da lista, alternando-se homem e mulher, o que é nomeado como sistema de dupla cota.

Na área temática de Política e Poder, em 2003, o CFEMEA difundiu a importância da ampliação da participação política das mulheres e da afirmação das plataformas feministas como caminhos para a construção de uma plena democracia no país. Apoiou as propostas de ações afirmativas na política partidária e eleitoral e difundiu a legislação estadual e municipal sobre direitos das mulheres.

Como atuação pioneira, o Centro estimulou a articulação de instâncias nacionais de mulheres de partidos políticos e contribuiu para a criação de Comitês Multipartidários de Mulheres, visando a promoção da participação política das mulheres e das plataformas feministas.

Um desafio para o ano de 2004 é o acompanhamento das eleições municipais, na perspectiva de promover e visibilizar a presença das mulheres, bem como a defesa e difusão das plataformas feministas.

Outro desafio é participar ativamente dos processos estaduais e nacional da I Conferência de Políticas para as Mulheres, que será promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), entre os dias 15 e 17 de julho de 2004. Na ocasião, serão propostas diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

## Novos mecanismos para a equidade

Em 2003, foram criadas a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). As medidas representam um fortalecimento significativo dos mecanismos institucionais para a equidade de gênero e raça. Lamenta-se, entretanto, que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que havia sido criado em 1986, por meio de lei, desta vez tenha um instrumento jurídico muito mais frágil (Decreto Presidencial) para sustentar a sua existência como mecanismo de controle social.

Dentre as Leis sancionadas, destaca-se a que nomeia 2004 como o “Ano da Mulher”. Sua aprovação cria um momento político importante para os movimentos de mulheres e feministas, até mesmo para a aprovação de outras proposições mais relevantes para os direitos das mulheres. Em decorrência disto, desde o início deste ano, a Bancada Feminina vem preparando uma agenda de programações, com a participação do CFEMEA e outras entidades feministas.

POLÍTICA E PODER	Proposições em tramitação	Proposições apresentadas em 2003	Proposições apresentadas por mulheres - 2003
Poder: ações afirmativas	24	06	03
Poder: outros assuntos	08	04	01
Total	32	10	4

Fonte: SIC/CFEMEA – janeiro/2004.

# Gênero e Raça – o produto mais grave da desigualdade

**N**o Brasil, as diferenças – seja de gênero, raça, etnia ou geracional – quase sempre se traduzem em desigualdades. Os movimentos de mulheres e feministas têm se defrontado, cada vez mais, com estes múltiplos fatores produtores da discriminação e reprodutores da ausência de equidade.

Para o CFEMEA, assim como para outras ONGs e núcleos de pesquisa feminista, alguns conceitos utilizados de forma recorrente pelas ciências sociais e nos debates políticos como “força de trabalho feminina”, “feminização da pobreza”, “mulheres chefes de família” e “empoderamento das mulheres” soam demasiadamente neutros e genéricos para enfrentar a concretude das múltiplas formas de discriminação enfrentadas por 23% da população brasileira – as mulheres negras.

Para encarar seriamente o problema da desigualdade no Brasil, há que se enfrentar a interseccionalidade das discriminações de gênero e raça que estruturam as relações sociais em nosso país. Assumindo para si este

desafio, há alguns anos o CFEMEA vem fortalecendo os vínculos com outras organizações da sociedade civil, notadamente de mulheres negras, a fim de enfrentar e denunciar as injustiças e as desigualdades decorrentes do racismo.

Além deste aprofundamento das relações políticas, a equipe do Centro também decidiu refinar conceitos, aprimorar os mecanismos e os instrumentos metodológicos de análise social sobre a interseccionalidade das discriminações de gênero e raça, buscando alternativas para efetivar a igualdade de direitos e a equidade no acesso aos recursos e benefícios do desenvolvimento.

No campo das políticas de desenvolvimento, tem sido especialmente desafiante participar das discussões sobre a construção de modelos alternativos, suscitadas em diferentes espaços, desde a posse do governo Lula. Muitas articulações de mulheres incorporaram-se aos Fóruns de Participação Popular para a consulta sobre o PPA – Plano Plurianual

2004/2007. Também participaram dos diálogos com o Ministério do Planejamento, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

No debate com o Executivo, as organizações feministas e anti-racistas têm afirmado que todos os programas e projetos previstos no novo PPA, ainda que pareçam ter um caráter muito técnico ou neutro, terão implicações sobre as relações de gênero e étnico-raciais. Há que mensurá-las e revelá-las para o conhecimento e controle público. Entretanto, no governo, os recursos humanos e os instrumentos de monitoramento das políticas públicas, atualmente disponíveis, e os planejados para o futuro (até agora) continuam muito aquém desta necessidade. Há muito o que fazer.

Entendemos que a equidade de gênero e raça se constitui em elemento basilar de qualquer projeto de desenvolvimento, e não suplementar, como se fossem duas pitadinhas finais na receita do bolo.

## Diálogos contra o Racismo

No Rio de Janeiro, quase todo mundo considera que o Brasil é um país racista; mas quase ninguém assume a responsabilidade por qualquer tipo de discriminação. Pesquisas de opinião apontam que 75% d@s brasileir@s reconhecem que há racismo no Brasil. Entretanto, 85% não se assumem como racistas. É muito difícil mudar uma situação pela qual ninguém se responsabiliza. Assumir “o pequeno e indesejável racista” que insiste em sobreviver dentro de cada uma/um de nós é um passo decisivo no enfrentamento da situação. Com este objetivo, várias organizações, redes e articulações envolvidas nos Diálogos contra o Racismo, irão lançar, durante este ano, uma campanha nacional de mobilização social anti-racista.

Os Diálogos nasceram no ano 2000, por iniciativa da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em meio ao processo preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo. A sua primeira edição foi promovida conjuntamente pela AMB e Observatório da Cidadania. Desde então, anualmente reúne organizações dos movimentos negro, de mulheres negras, feministas, de defesa dos direitos humanos, além de centros de pesquisa.

Em 2003, na sua 4ª edição, os Diálogos sustentaram o desafio original de provocar a sociedade para enfrentar as injustiças e as desigualdades decorrentes do racismo. Além disto, visaram estimular a ampliação do trabalho das próprias ONGs e movimentos sociais nesta área, considerado ainda muito incipiente. @s participantes assumiram a tarefa de fortalecer o trabalho das suas próprias organizações/movimentos nesta área, bem como de sensibilizar e mobilizar outras organizações, que não pertencem ao movimento negro, para uma agenda anti-racista no Brasil.

Além do CFEMEA, as organizações que têm se destacado na condução dos Diálogos são o Ibase, SOS/Corpo, Inesc, Rede Dawn, Fase e Cedec, Centro de Estudos Afro-Brasileiros/UCAM, Comunidade Bahá’i, CESEC/UCAM, Geledés-Instituto da Mulher Negra, Redeh, Instituto Patrícia Galvão, Criola, Articulação de ONGs de Mulheres Negras, Articulação de Mulheres Brasileiras e ABONG – Associação Brasileira de ONGs.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000  
70716-000 - Brasília-DF - Brasil

**Fêmea**  
Revista - Centro Feminista de Estudos e Assessoria